



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

## GABINETE DO PREFEITO

Cabo Frio, 23 de maio de 2023.

### OFÍCIO/GAPRE - CM Nº 165/2023

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Vereador **MIGUEL FORNACIARI ALENCAR**  
Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio  
Cabo Frio – RJ.

**Senhor Presidente,**

Ao restituir a Vossa Excelência o original dos Autógrafos do Projeto de Lei de autoria do ilustre Vereador Adeir Novaes que ***“Institui a obrigatoriedade da realização do teste escala M-CHAT em crianças para detecção do Transtorno do Espectro Autista – TEA, no Município de Cabo Frio”***, comunico que resolvi **vetar totalmente** o referido projeto, pelas razões especificadas no anexo.

Valho-me do ensejo para reafirmar a V.Exa. e seus dignos Pares, minhas demonstrações de elevado apreço.

Atenciosamente,

**JOSÉ BONIFÁCIO FERREIRA NOVELLINO**

*Prefeito*

**Razões do veto total oposto ao Projeto de Lei de autoria do Vereador Adeir Novaes que “*Institui a obrigatoriedade da realização do teste escala M-CHAT em crianças para detecção do Transtorno do Espectro Autista – TEA, no Município de Cabo Frio*”.**

Muito embora louvável a intenção do Vereador autor, não me foi possível outorgar ao Projeto a necessária sanção, em face do descompasso entre a norma proposta e o sistema jurídico vigente.

A proposição, aprovada por essa Casa Legislativa, ao assegurar a realização do Teste escala M-CHAT para detecção do Transtorno do Espectro Autista - TEA, dispõe sobre matérias reservadas à iniciativa do Prefeito pelo art. 41, IV, da Lei Orgânica Municipal, *in verbis*:

“Art. 41. São de iniciativa exclusiva do Prefeito os Projetos de Lei que:

.....

IV – criação, escrituração e atribuições das secretarias, departamentos ou diretorias equivalentes e demais órgãos da Administração Pública;

.....”

A norma impugnada estabelece novas atribuições a agentes públicos, interfere na gestão administrativa e reflete até mesmo na estruturação das unidades de saúde, além de criar, potencialmente, despesas sem prévia dotação orçamentária, de maneira a revelar invasão à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo local.

Ao aprovar projeto de lei dispondo sobre a realização do Teste escala M-CHAT, estabelecendo a forma como o mesmo deve ser executado pelas unidades de saúde, o legislador acabou por invadir a esfera de gestão administrativa, que cabe ao Poder Executivo e, envolve, *o planejamento, a direção, a organização e a execução de atos de governo*. Isso equivale à prática de ato de administração, de sorte a malferir a separação dos Poderes (art. 7º da Constituição do Estado).

Nesse sentido vem decidindo reiteradamente os Tribunais de Justiça pátrios, como ilustra o seguinte julgado:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. LEI Nº 6.099/2010. OBRIGATORIEDADE DO TESTE DA ORELHINHA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

Flagrante a inconstitucionalidade da norma de iniciativa da Câmara Municipal de Vereadores, na medida em que fere a disposição contida no artigo 60, inciso II, alínea d, da Constituição Estadual. AÇÃO PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70040565731, Tribunal Pleno, Tribunal de

Justiça do Rio Grande do Sul, Relator: Alzir Felipe Schmitz, julgado em 6/6/2011).

Como se vê, o projeto de lei aprovado se apropria de competências materiais cometidas ao Prefeito pelo art. 62, incisos III, VII e XXXVI, da Lei Orgânica, dispositivos que têm a seguinte redação:

“Art. 62. Compete ao Prefeito, privativamente:

.....  
III – exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração local;

.....  
VII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, bem como os bens do Município e sua alienação, na forma da lei;

.....  
XXXVI – planejar, organizar e dirigir obras e serviços públicos locais;  
.....”

Com efeito, norma de iniciativa parlamentar que disciplina a organização e o funcionamento da Administração Pública e que gera potencialmente despesas sem lastro orçamentário adentra indevidamente no espaço reservado ao Poder Executivo e, por conseguinte, contraria a independência e a harmonia que deve existir entre os poderes estatais.

Na prática, a proposição em exame criou obrigação para o Poder Executivo Municipal, no sentido de realizar o programa de prevenção de saúde nela previsto. Ademais, o projeto fixa ainda particularidades de seu cumprimento, bem como providências a serem adotadas em casos concretos.

Por fim, observa-se que o Projeto de Lei não indica a dotação orçamentária para custeio dos testes, violando frontalmente o princípio orçamentário previsto no artigo 167, I e II, da Constituição da República e os artigos 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prescreve a necessidade de prévia dotação orçamentária para criar ou aumentar qualquer despesa pública.

Assim sendo, tem-se claro que ao deixar de apontar as dotações orçamentárias vinculadas a tal despesa, a presente proposta legislativa afronta não só a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas também os instrumentos de planejamento orçamentário.

Por todo o exposto, evidenciada a inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei em comento, cabe-me, por meio do veto que ora oponho, propiciar a esse Egrégio Poder a oportunidade de reapreciar a matéria, na certeza de que, conhecendo as razões que me motivaram a negar sanção, reformulará seu posicionamento.

**JOSÉ BONIFÁCIO FERREIRA NOVELLINO**  
*Prefeito*